

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da república,

Tendo sido um dos 23 subscritores iniciais do “Apelo em Defesa da Escola Pública”, em março/abril de 2014, na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo da ARIPESE, não poderia estar mais de acordo com o sentido e o conteúdo da Petição 404/XII/3ª, da iniciativa de Sindicato dos Professores da Região Centro – Direção Distrital de Leiria - Fenprof – sobre “Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade”, ora presente à Comissão a que V. Exa superiormente preside.

Com efeito, atentos o preâmbulo (onde os signatários respigam da lei - Lei de Bases do Sistema Educativo e Constituição da República - o papel do Estado no que ao Ensino Público diz respeito) e os considerandos, parecem-me pertinentes (e de consideração e atendimento urgentes) as reclamações apresentadas (ainda que me pareça que as duas últimas, e em especial a última, excedam as competências desta Comissão, principalmente no que toca à reivindicada responsabilização criminal, relativamente à qual não estou em condições de emitir parecer – até porque, parece-me, eventual desvio de dinheiro atribuído para outros fins é algo sujeito a criminalização “geral” e não específico de análise de Educação e Política Educativa).

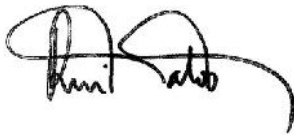
Parece-me, de facto, e enquanto Presidente de uma Associação que congrega a quase totalidade das Escolas Superiores de Educação Públicas do país, haver um clima (e uma realidade) de claro desinvestimento no setor educativo público, aos mais diversos níveis, com eventuais graves repercussões em todo o processo formativo. Por exemplo, nunca, como agora, foi tão forte este sentimento de menoridade do estatuto do Professor, explícita e/ou implicitamente veiculado por este Ministério, o qual se tem traduzido num abandono precoce da profissão com elevada penalização, num receio de aposta na escolha da mesma profissão, seja por existência de provas pós-profissionalização sem critério e sem relevância para a profissão em causa, seja por desincentivos explícitos à mesma, por aumento do número de provas específicas de ingresso para determinados cursos de Educação, pelo aumento do número de alunos por turma (servindo esse como

argumento para se defender existirem professores a mais), por colocação em causa da qualidade de determinados subsistemas do sistema educativo superior público – Escolas Superiores de Educação – sem qualquer fundamento, desrespeitando as avaliações realizadas pela A3ES, etc.

Assim, e em síntese, parece-me um apelo a ter em conta e que deverá servir para, de uma vez por todas, colocar o ensino público onde ele deve estar e de onde nunca deveria ter saído: ser, precisamente, público e universal. Ensino Privado, eventualmente sim, mas não à custa dos nossos impostos e de um empobrecimento deste bem público. Se há capacidade pública instalada numa dada região, não faz qualquer sentido estar a apoiar-se com dinheiros públicos iniciativas privadas, pior ainda se se utilizar como argumento o contrário, isto é, por já haver ensino privado não valer a pena apoiar-se o público, impedindo eventual crescimento (ou mesmo manutenção) desta oferta.

Leiria, 24 de julho de 2014

Rui Matos



Presidente do Conselho Diretivo da

